

- LXXXIX -

**SISTEMAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO E  
ACCOUNTABILITY EDUCACIONAL:  
ESPECIFICIDADES DOS MODELOS BRASILEIRO E  
CHILENO**

**Susimar Inês Peretti** – Unoesc/Brasil  
susi.ingles@gmail.com

**Michele Luciane Blind de Morais** – Unoesc/Brasil  
micheleblind10@yahoo.com.br

**Marilda Pasqual Schneider** – Unoesc/Brasil  
marilda.schneider@unoesc.edu.br

## **INTRODUÇÃO**

As políticas de avaliação podem ser consideradas um dos principais mecanismos na produção de dispositivos de *accountability*<sup>49</sup> educacional. Essas políticas preconizam a necessidade de implantação de mecanismos de avaliação na educação dos países como estratégia para responsabilizar as escolas e seus professores pelos resultados educacionais. A utilização de mecanismos de avaliação articulados com dispositivos de *accountability* coaduna com a implantação de políticas públicas de corte neoliberal na educação básica.

Em se tratando de países da América Latina, o Chile pode ser considerado pioneiro na implantação de políticas educacionais com essa finalidade. De acordo com Higuera (2014), apesar de essa perspectiva ser identificada em documentos do governo chileno ainda no início da década de 1980 foi somente a partir dos anos 90 que a articulação entre a

---

<sup>49</sup> Segundo Schneider e Morais (2018), o “conceito central nos debates contemporâneos sobre governação democrática, o tema da *accountability* começou a ser difundido no Brasil no período subsequente ao do esgotamento do regime militar, em conciliação com reformas neoliberais e gerenciais no aparato do Estado. Na educação, as primeiras iniciativas de vinculação entre políticas de avaliação e *accountability* surgiram na primeira década do século XXI, filiadas às demandas por regulação da qualidade e participação social no monitoramento educacional” (AFONSO, 2009; BARROSO, 2005; BONAMINO, FRANCO, 1999; CASTRO, 2007; FREITAS, 2007; GATTI, 2009; SOUZA, OLIVEIRA, 2003).

avaliação e *accountability* passou a constituir foco de políticas educacionais neoliberais. Já, no Brasil, ainda que iniciativas nessa direção tenham ocorrido a partir dos anos 90 foi com a implantação Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que a associação entre avaliação educacional e *accountability* tornou-se mais evidente.

Diante dessa constatação, empreendemos estudo com o propósito de promover um debate acadêmico sobre sistemas nacionais de avaliação educacional em diferentes países, evidenciando idiosincrasias nos modelos de avaliação da educação básica adotados. No texto em pauta, nosso debate recai sobre algumas especificidades desse sistema no Brasil e no Chile.

### SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os sistemas de avaliação do Brasil e do Chile apresentam similitudes facilmente observadas, em boa parte justificadas pelo pioneirismo na sua implantação considerando os países da América Latina. Podemos afirmar que, no discurso político-ideológico, ambos os modelos têm como objetivo primordial a busca pela melhoria da qualidade na educação básica.

No Brasil, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SaeB)<sup>50</sup>, foi normatizado no ano de 1995, após algumas experiências realizadas em alguns estados da federação. Em 2005, o modelo implantado sofreu alterações significativas. Mas foi somente a partir de 2007, com a criação do Ideb, que o modelo brasileiro de avaliação finalmente passou a contar com a produção periódica de indicadores educacionais a partir dos quais se aferia a qualidade das escolas. Desde então, a responsabilização pelos resultados recai sobre os alunos, diretores, gestores e, principalmente, sobre o professor.

No Chile, o Sistema de Medición de la Calidad de la Educación del Chile (Simce)<sup>51</sup> é o órgão que monitora, por meio das avaliações, as instituições escolares. As provas avaliam o alcance de objetivos e conteúdos mínimos obrigatórios do currículo escolar. Além das

---

<sup>50</sup> Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (2015), o SaeB tem por objetivo realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. As disciplinas de matemática e de língua portuguesa são avaliadas e, as provas, são aplicadas a alunos do 5º, 9º do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

<sup>51</sup> O Simce avalia a aprendizagem em linguagem e leitura; matemática; ciências naturais; história, geografia, ciências sociais e inglês. As provas aplicam-se a alunos do 2º, 4º, 6º, 8º básico, II e III médio, com intervalos nos níveis.

provas, aplicadas em larga escala, são analisados os contextos sociais e escolares dos estudantes. As escolas com melhor desempenho na aprendizagem garantem um incremento de 25% de gratificação investir em melhorias.

Graças ao sistema de vouchers<sup>52</sup>, praticado pelo país até o ano de 2016, as famílias poderiam escolher uma instituição de ensino para seus filhos com base no desempenho da escola.

A intensão de controlar e direcionar ações parece ser o que melhor define o cenário neoliberal das políticas voltadas para a educação e escolas. No Brasil, o Ideb figura como uma das importantes inovações da política educacional e, no Chile, o (Simce), ambos possuem as avaliações estandardizadas como elemento basilar.

## CONCLUSÕES

Avaliações em larga escala vem se consolidando como principal ferramenta para a construção de políticas públicas de accountability educacional, motivo pelo qual o tema compõe importante peça do debate acadêmico da área.

A tendente utilização dos resultados dos testes com a finalidade de aplicar sanções às escolas pode ser considerado um instrumento de responsabilização e de prestação de contas. Isso nos permite questionar acerca da potencialidade desse modelo, que combina indicadores de resultados educacionais com dispositivos de accountability, na promoção da proclamada qualidade.

A nosso ver, são necessários estudos mais aprofundados no tocante a diferentes experiências e modelos de avaliação educacional e accountability tendo em vista teorizar os modelos em curso a partir dos objetivos proclamados e dos resultados alcançados. A finalidade de qualquer avaliação realizada com o intuito de promover a melhoria dos processos deve ser a constituição de diagnósticos da realidade. E esse compromisso não desconsidera a possibilidade de aprimoramento dos dispositivos de accountability, especialmente no atual contexto político do Brasil, em que o Estado reserva para si o direito de sonegar da população o acesso à informação, inclusive sobre questões educacionais.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>52</sup> Trata-se de um vale-educação entregue aos pais pelo governo chileno para que estes escolham a escola onde pretendem que seu filhos estudem.

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

ADRIÃO, Teresa; GIL, Juca. Educação no Chile: Olhares do Brasil. São Paulo: Xamã, 2009.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 92, p.725-751, out., 2005.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e Política Educacional: o processo de Institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisas*, n. 108, p.101-132, nov., 1999.

CASTRO, Alda M. D. A. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, A. (Org.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, edição especial, P.965-987, out., 2007.

GATTI, Bernardete. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, n. 9, P.0718, mai./ago., 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *INEP*, 20 out. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico-do-saeb>. Acesso em: 12 fev. 2019

HIGUERAS, Jorge Luis Inzunza. *A reforma educacional chilena na América Latina (1990-2000): circulação e regulação de políticas através do conhecimento*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE. Propuesta de Plan de Evaluaciones Nacionales e Internacionales 2016-2010. Chile: *Mineduc*, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.mineduc.cl/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; MORAIS, Michele Luciane B. de. Balanço da produção acadêmica sobre *accountability* no Brasil. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 21, n.3, p. 123-135, Setembro/Dezembro 2018

SOUZA, Sandra Záquia L. de; OLIVEIRA, Romualdo P. de. Políticas de avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.